

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Um passo adiante para privatizar a Eletrobrás.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Para fora.....	3
Título: Petrobras cria blindagem contra o governo	3
VEÍCULO: Correio Braziliense	5
Título: O novo recorde da Hidrelétrica Santo Antônio.....	5
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: O dinheiro público que escorre pelo ralo	5
Título: Royalties de petróleo e gás aumentam 40% em janeiro	7
Título: Eletropaulo e Eletrobrás perto de um acordo	8
Título: Petrobras avança na venda da TAG e três grupos disputam gasodutos	10
Título: Curtas	11

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Editorial econômico**Autor:****Título:** Um passo adiante para privatizar a Eletrobrás

Na condição de acionista controlador da Eletrobrás, a holding federal de energia com atuação em todo o País, o governo fez aprovar a privatização das seis distribuidoras do Norte e Nordeste conhecidas pelo aparelhamento político a que estão submetidas há décadas, pela má gestão e por dívidas bilionárias. São elas Eletroacre, Ceron (de Rondônia), Boa Vista (de Roraima), Amazonas, Cepisa (do Piauí) e Ceal (de Alagoas).

A decisão de venda parecia ser necessária, mas não suficiente, para o passo seguinte: privatizar a Eletrobrás, o que ainda depende da aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto do governo federal nesse sentido. Assembleia-geral extraordinária (AGE) da Eletrobrás realizada há alguns dias determinou que cada uma das seis distribuidoras será privatizada pelo preço mínimo de R\$ 50 mil, assegurando-se aos compradores o direito a explorar a concessão por 30 anos.

Os vencedores terão de investir R\$ 7,8 bilhões nas distribuidoras, valor destinado à melhoria da qualidade dos serviços, depositando previamente 30% desse montante. As distribuidoras serão vendidas sem suas dívidas estimadas em até R\$ 19,7 bilhões, dos quais R\$ 11,24 bilhões já foram assumidos pela Eletrobrás, restando R\$ 8,47 bilhões pendentes de decisões judiciais. Acionistas minoritários da Eletrobrás votaram junto com a União para aprovar a privatização das distribuidoras.

A Eletrobrás permanecerá com uma ação ordinária de cada distribuidora privatizada. Foi mantido o poder do conselho de administração da Eletrobrás de aumentar o capital das distribuidoras na fase de privatização. A AGE rejeitou a proposta de dissolução e liquidação das distribuidoras, mas essa hipótese não ficou totalmente descartada, se as privatizações não forem concluídas. Originalmente, as distribuidoras a serem privatizadas pertenciam aos governos estaduais, mas foram assumidas pela Eletrobrás nos anos 1990.

O compromisso já era o de privatizar as empresas, mas transcorreram duas décadas sem que isso ocorresse – e o prejuízo dado pelas distribuidoras à Eletrobrás no período é estimado em mais de R\$ 20 bilhões. Interesses diversos, notadamente políticos e regionais, dificultaram a reestruturação completa da Eletrobrás, nos moldes da que foi realizada, no governo Temer, pela Petrobrás.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** MARIA CRISTINA FRIAS**Título:** Para fora...

Mercado Aberto

A comercializadora de energia Tradener vai investir cerca de R\$ 15 milhões em projetos de extração de gás na cidade de Pitanga (PR).

...do poço A empresa acaba de obter licença ambiental para operar, em caráter experimental, dois poços. O início está previsto para julho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** NICOLA PAMPLONA - DO RIO**Título:** Petrobras cria blindagem contra o governo

Estatul inclui em seu estatuto regras que obrigam União a cobrir prejuízos de políticas públicas intervencionistas

Defasagem de preço do combustível e projetos deficitários impostos na gestão petista deram prejuízo de R\$ 90 bi

A Petrobras colocou em seu estatuto artigos que obrigam o governo a ressarcir a empresa em caso de prejuízos com a concessão de subsídios aos preços dos combustíveis ou com investimentos de interesse público. A medida tenta blindar a política de preços da companhia, que prevê a venda dos produtos com preços acima do mercado internacional, e evitar o seu uso político para realizar investimentos.

Entre 2011 e 2014, a defasagem dos preços da gasolina e projetos deficitários determinados pelo governo geraram uma perda de quase R\$ 90 bilhões à área de refino da companhia, que é responsável pela venda de combustíveis e pelos investimentos frustrados em novas refinarias. A mudança no estatuto foi aprovada pelos acionistas da estatal em dezembro e pode ser um obstáculo às pretensões do governo de Michel Temer de subsidiar o gás de cozinha após a escalada de preços iniciada em junho de 2017.

Caso queira forçar a Petrobras a praticar preços mais baratos, a União terá que ressarcir anualmente a empresa pelos prejuízos causados. As novas cláusulas adequam a Petrobras à chamada Lei das Estatais. Ela determina que as empresas esclareçam, em comunicação oficial, situações em que estiverem agindo em nome do interesse público, delimitando seus impactos econômicos.

O texto aprovado pela Petrobras determina que eventuais investimentos ou políticas de interesse de seu controlador que não respeitem condições semelhantes às da iniciativa privada devem ser tornado públicos por meio de lei, convênio ou contrato. Caso sejam prejudiciais à companhia do ponto de vista financeiro, o controlador deve ressarcir a diferença anualmente, com a contabilização dos valores no orçamento da União.

Ou seja: se a empresa for obrigada a vender gasolina mais barata do que no mercado internacional, a União teria que cobrir a diferença de receita uma vez por ano. O mesmo vale para investimentos em logística ou refino de interesse do governo. Políticas e projetos de interesse público devem ser analisadas, assim como seus custos e receitas, por um comitê formado por representantes dos acionistas minoritários no conselho da companhia.

A empresa avalia que ter as regras no estatuto torna mais difícil que sejam derrubadas por governos futuros, já que mudanças desse tipo dependem de aprovação em assembleia de acionistas. A defasagem nos preços dos combustíveis durante governos petistas é apontada por analistas como uma das razões da crise financeira da estatal, ao lado dos projetos superfaturados investigados pela Operação Lava Jato.

No primeiro governo Dilma Rousseff, a área de refino da empresa apresentou seguidos prejuízos. A falta de repasse foi alvo de denúncia do Ministério Público Federal, que acusa o conselho de administração da empresa de segurar os preços para ajudar a reeleição de Dilma em 2014. Logo após a eleição, já com o petróleo em queda, o conselho formado em sua maioria por representantes do governo autorizou aumentos. A partir de 2015, os preços começaram a se alinhar com as cotações internacionais, revertendo as perdas.

Autor de estudo sobre os prejuízos daquele período, o professor Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ, diz que a mudança no estatuto também protege os administradores da estatal de processos por decisões que causem prejuízos à empresa. "É importante para que os gestores não fiquem tomando decisões de governo sem mandato para isso. Políticas públicas devem ser definidas em lei", diz ele, que calculou em R\$ 21 bilhões os prejuízos diretos com a venda de combustíveis importados a preços mais baixos entre os anos de 2011 e 2013.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Amauri Segalla****Título: O novo recorde da Hidrelétrica Santo Antônio**

Mercado S/A

A Hidrelétrica Santo Antônio (foto), no Rio Madeira, em Porto Velho (RO), registrou no último domingo a operação simultânea de todas as 50 turbinas sincronizadas ao Sistema Interligado Nacional. Detalhe interessante: é a primeira vez que isso acontece, o que demonstra a alta performance da usina. No ano passado, a Santo Antônio foi a terceira maior geradora hídrica do país, respondendo por 3,08 % de toda a carga do Sistema Interligado Nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Claudia Safatle****Título: O dinheiro público que escorre pelo ralo**

O megaprojeto da ferrovia Transnordestina está paralisado há mais de um ano e não há decisão sobre o seu destino. Há quem, no governo, defenda uma solução radical para o impasse: abandonar a obra. Deixar o mato crescer, a essa altura, sairia mais barato, argumenta-se entre os técnicos do governo.

O ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, responsável por uma boa parcela dos recursos destinados à ferrovia, dos fundos regionais, acredita que a melhor solução é relícitar o projeto, tirando-o das mãos da Transnordestina Logística S.A., subsidiária da **Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**. Cita, no entanto, um porém que preocupa: as cláusulas punitivas do contrato, nesse caso, deixariam a empresa de Benjamin Steinbruch em situação de "comprometimento gravíssimo".

O grupo de trabalho criado no ano passado, logo após a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que em janeiro suspendeu os repasses de recursos públicos para a construção da ferrovia, concluiu que a CSN não tem uma proposta viável para o seu término. Somente quando a companhia entregar o projeto executivo -- o que está previsto para março - será possível ter uma noção do que dá para ser feito. Isso, depois que metade do projeto já foi executado ao custo de mais de R\$ 6 bilhões e oito anos de atraso. O governo previa entregar a ferrovia pronta em 2010.

CSN terá em março projeto executivo da Transnordestina

Em meio a esse imbróglio de grande dimensão que envolve a CSN, a estatal Valec, os fundos regionais, o BNDES e o Banco do Nordeste, há questões de difícil compreensão. De um lado, por exemplo, o empresário argumenta que tem dinheiro a receber do governo e o governo, por sua vez, sustenta que tem crédito junto a companhia. "A discordância é da ordem de bilhões", disse o ministro da Integração.

Com 1.728 km de extensão e uma das estrelas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo anterior, a Transnordestina tem dois trechos planejados: um de Eliseu Martins (PI) ao porto de Suape (PE) e outro de Salgueiro (PE) ao porto de Pecém (CE).

Na opinião de Barbalho, porém, o cronograma de investimento teve um erro de origem. Em vez de começar do centro para o litoral, a obra deveria ter sido iniciada ao inverso, do litoral para o centro pois, nesse caso, o trecho concluído, que corresponde a 52% do total, teria funcionalidade. "Fazer do centro para o litoral foi um erro, porque hoje há blocos de construção que levam nada para lugar nenhum", disse o ministro. Em meio a tudo isso ainda haveria uma disputa política sobre para qual porto levar a ferrovia primeiro, se para o Ceará ou Pernambuco.

De obra prioritária na gestão anterior, a Transnordestina virou um projeto sem solução. Ela não consta do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) nem do Avançar, uma lista de 7,4 mil obras inconclusas que o governo Temer se propôs a terminar ainda este ano. Todos os prazos que o governo imaginou para decidir o que fazer já foram superados. As tentativas de Steinbruch para encontrar um sócio para aportar recursos também falharam.

Espera-se, agora, uma decisão do TCU. Só a partir disso é que, segundo o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, o governo terá o que decidir. Nos cálculos da área técnica pelo menos mais R\$ 6 bilhões teriam que ser investidos na ferrovia para concluí-la até 2030.

Concebida desde o Império, quando dom Pedro II determinou a realização de estudo para ligar o sertão ao litoral do Nordeste, a Transnordestina começou a ser construída em 2006 com a promessa de melhorar as condições de vida de parte da população brasileira, pois estimularia as economias das regiões envolvidas. Salgueiro, no sertão de Pernambuco, onde funcionava o canteiro de obras da ferrovia, é o retrato da desolação.

"Hoje, Salgueiro é uma cidade fantasma", conta Barbalho. "E cada dia que passa o prejuízo [com a obra] fica maior", disse ele, ao concluir que "claramente há uma desconfiança do governo nas reais intenções da CNS em terminar a obra".

Esse é mais um dramático retrato do descaso com que se trata o dinheiro público. A maior parte dos recursos investidos na ferrovia veio do Orçamento da União e dos Fundos de Investimento do Nordeste (Finor), Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), administrados pelo Ministério da Integração.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) é a mais cara do Brasil e da América Latina, segundo dados da Transparência Brasil. Os 24 deputados distritais custarão, este ano, R\$ 524,17 milhões, conforme o orçamento fiscal (que não contabiliza a seguridade social).

Além do salário de pouco mais de R\$ 25 mil, cada deputado tem o direito de receber R\$ 25,32 mil por mês de verba indenizatória (que cinco parlamentares não usam) e outros R\$ 230,6 mil de verba de gabinete, perfazendo um total de R\$ 281,24 mil mensais.

Para reduzir em R\$ 300 milhões a despesa total da CLDF no prazo de quatro anos, foi elaborado, pela primeira vez no país, um anteprojeto de lei de iniciativa popular que busca o apoio de pelo menos 20 mil pessoas (equivalente a 1% dos eleitores do DF). A iniciativa foi lançada em janeiro e é coordenada pelo Observatório Social de Brasília e pelo Instituto de Fiscalização e Controle (IFC).

O anteprojeto reduz as despesas da Câmara Distrital com verbas indenizatórias (gastos com locação de carros, serviços gráficos e consultorias, entre outros), verbas de gabinete e com publicidade institucional, mediante critérios objetivos.

O Observatório Social é uma associação civil sem fins lucrativos que está presente em 16 Estados. Ele prega a transparência e o controle social dos gastos públicos, promove a educação fiscal e incentiva o acesso de mais empresas aos processos de compras públicas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Royalties de petróleo e gás aumentam 40% em janeiro

A arrecadação de royalties sobre a produção de óleo e gás começou 2018 com uma alta de 40% em janeiro, ante igual mês do ano passado. Segundo dados da

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as atividades da indústria petrolífera geraram receitas de R\$ 1,553 bilhão para Estados, municípios e a União, no mês passado.

Os Estados arrecadaram, ao todo, R\$ 440 milhões, o que representa aumento de 38% frente a janeiro do ano passado. No Rio de Janeiro, houve um crescimento de 45,5% nas receitas, para R\$ 278 milhões. Já a arrecadação dos municípios subiu 40,9%, para R\$ 534 milhões, enquanto a União ficou com R\$ 441 milhões (40%).

O aumento das receitas reflete, sobretudo, a valorização dos preços do petróleo no início deste ano. Segundo a ANP, a cotação do Brent subiu 38%, para uma média de US\$ 62,62 em janeiro. Para efeitos de comparação, no início do ano passado o barril era negociado a US\$ 45.

A expectativa é que as receitas dos royalties mantenham a trajetória de crescimento iniciada em 2017. No ano passado, houve uma alta de 71% na arrecadação, para R\$ 30,47 bilhões, incluindo participações especiais, e que interrompeu uma sequência de três anos seguidos de queda.

Segundo projeções do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a receita dos royalties e participações especiais deve subir 20% este ano, para R\$ 36,47 bilhões. As estimativas levam em consideração um cenário mais favorável nos preços do barril no mercado internacional e a expectativa de crescimento na produção nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Eletropaulo e Eletrobrás perto de um acordo

A Eletropaulo e a Eletrobrás estão prestes a anunciar um acordo para encerrar uma disputa judicial que se arrasta há quase 30 anos. O **Valor** apurou que o acordo está praticamente fechado, faltando apenas acertar as garantias bancárias do contrato e obter as aprovações societárias necessárias. Se os conselhos de administração das duas empresas derem os avais necessários, a distribuidora paulista deve aceitar pagar cerca de R\$ 1,6 bilhão à estatal, montante próximo do calculado pelos peritos contratados no processo.

A disputa se refere a um empréstimo tomado pela então estatal Eletropaulo da Eletrobrás em 1986. Na época, a companhia paulista reunia, além da concessão de distribuição atual, ativos que hoje pertencem às empresas Cteep, EDP São

Paulo e EMAE. Desde 1988, a Eletropaulo briga na Justiça com a Eletrobrás sobre a atualização monetária do empréstimo.

Em 1997, quando houve a cisão dos ativos da antiga Eletropaulo, as empresas resultantes passaram a discutir também sobre quem teria a obrigação de pagá-lo. Para a distribuidora paulista, o montante referente ao empréstimo ficou com a Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica, atual Cteep. Já a transmissora alega que a dívida é da Eletropaulo. Essa visão ganhou força ao longo da tramitação do caso, e hoje é a distribuidora que negocia com a estatal um acordo para o pagamento.

Para a Eletropaulo, o caso representa um grande problema, pois os investidores descontam do valor da companhia uma eventual derrota na Justiça. Para pagar o valor devido, a companhia pretende acessar o mercado de capitais. Segundo fontes, a companhia pretende levantar R\$ 1,5 bilhão com a venda de ações, sendo R\$ 1 bilhão em uma oferta primária - para levantar recursos e pagar a primeira parcela da Eletrobrás - e R\$ 500 milhões em uma oferta secundária - no qual a AES deve sair da companhia. Essa oferta deve acontecer em março, já com o balanço anual da Eletropaulo publicado.

No fim de setembro, a Eletropaulo tinha R\$ 2,034 bilhões provisionados para pagar a dívida, seguindo os critérios de correção monetária defendidos pela Eletrobrás. Para a distribuidora, o valor adequado, contudo, seria de R\$ 948,68 milhões. Esse valor exclui os juros moratórios, cujo pagamento é questionado pela companhia paulista.

A Eletrobrás, por sua vez, considerava nessa data ter um crédito de R\$ 2,793 bilhões a receber, sendo R\$ 350,7 milhões já reconhecidos no balanço, parcela considerada "incontroversa".

No início de outubro, as duas companhias anunciaram que iriam suspender a briga na Justiça por 60 dias, período em que pretendiam negociar um acordo. As conversas estão sendo mediadas pela câmara de arbitragem da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O resultado dessa negociação deve ser o atual acordo em fase final de ser concluído. A proposta, depois de fechada, ainda precisará ser submetida aos conselhos de administração das duas companhias, o que pode ser um obstáculo à sua aprovação.

Em 19 de dezembro, o conselheiro independente da Eletropaulo Marcelo Gasparino se manifestou afirmando não concordar com o pagamento de um valor superior a R\$ 1 bilhão. Além disso, ele defendeu que o contrato de

pagamento garanta a cobrança do valor integral a ser pago da Cteep - uma vez que a Eletropaulo considera a transmissora a responsável pelo passivo.

A Eletrobrás disse que não iria comentar as informações. A Eletropaulo não respondeu a reportagem até o fechamento desta edição. **(Colaborou Talita Moreira, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras avança na venda da TAG e três grupos disputam gasodutos

A Petrobras pretende avançar, no próximo mês, com a negociação da Transportadora Associada de Gás (TAG), empresa responsável por uma rede de gasodutos das regiões Norte e Nordeste e que é o principal ativo à venda pela companhia neste momento. Três grandes grupos estão no páreo por 90% da empresa.

Segundo duas fontes consultadas pelo **Valor**, os candidatos são um consórcio formado pelo fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos Mubadala e a EIG (dona da Prumo Logística); um consórcio formado pelo grupo australiano Macquarie, o fundo de pensão canadense Canada Pension Plan Investment Board (CPP IB), o fundo soberano de Cingapura GIC e a Itaúsa; e um consórcio liderado pela Engie, com outros investidores. Os três têm até março para apresentar proposta vinculante.

O processo de venda da TAG foi iniciado em setembro. A transportadora possui cerca de 4,5 mil quilômetros de gasodutos e receitas anuais que totalizam cerca de US\$ 4,7 bilhões.

A TAG é um dos ativos mais relevantes do programa de desinvestimentos da Petrobras, que prevê venda de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018. Sozinha, a venda da transportadora tem potencial para superar todos os recursos levantados pela estatal desde o ano passado.

Num ano marcado pela reestruturação da sistemática de seu programa de venda de ativos, após exigência do Tribunal de Contas da União (TCU), a Petrobras acelerou o passo no fim do ano. Desde novembro, ela anunciou US\$ 4,45 bilhões em parcerias e venda de ativos - 21% da meta. Nos últimos meses, a petroleira fechou acordo para venda de 25% do campo de Roncador, na Bacia de Campos, para a Statoil (US\$ 2,9 bilhões); e de 100% do campo de Azulão, no Amazonas, para Eneva (US\$ 54,5 milhões). E a abertura do capital da BR Distribuidora, levantando R\$ 5 bilhões (US\$ 1,5 bilhão).

Segundo uma fonte, a expectativa é que a Petrobras consiga levantar, com a TAG, pelo menos os US\$ 5,2 bilhões obtidos com a venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), para um consórcio liderado pela Brookfield, em 2016.

Dentre os potenciais interessados, a Engie já manifestou publicamente o interesse de entrar no mercado brasileiro de gás. Em janeiro, durante participação no Fórum Econômico Mundial, de Davos, na Suíça, representantes da Engie marcaram um encontro bilateral com o presidente da Petrobras, Pedro Parente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Parada de Angra 2

A usina nuclear de Angra 2, de 1.350 megawatts (MW) de capacidade, será desligada amanhã, para o reabastecimento de combustível da unidade, informou ontem a Eletronuclear. Segundo a empresa, a parada, que terá duração prevista de 30 dias, foi programada em comum acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Segundo a estatal, durante a parada, também serão realizadas inspeções, atividades de manutenção periódica e modificações de projeto. Ao todo, cerca de 3,5 mil tarefas estão previstas para serem executadas nesse período. As paradas para reabastecimento ocorrem, aproximadamente, a cada 12 meses e são programadas com pelo menos um ano de antecedência, levando em consideração a duração do combustível nuclear e as necessidades do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Minério fica estável

Já em clima de feriado, com baixa procura por parte dos chineses, o minério de ferro fechou com cotação praticamente estável ontem no mercado à vista. Os preços do produto com teor médio de 62% de ferro tiveram leve alta de 0,02% no porto de Qingdao, para US\$ 78,43 por tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". Com isso, a alta mensal da commodity vai para 7,6% e a do acumulado de 2018, para 8%. Pelos próximos dias, a expectativa é que não haja mudança no índice do minério de ferro. As festas do Ano Novo Lunar se iniciam ontem e vão até a quarta-feira, limitando qualquer negócio no mercado físico e com o futuro fechado.

MME / ASCOM .